
CONSTRUÇÕES DO CORPO NEGRO EM LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Laurianne Guimarães Mendes¹
Guilherme Figueira-Borges²

Resumo: Objetiva-se, nesse trabalho, analisar a construção do corpo negro no livro didático de português intitulado “Português Linguagens”, de Cereja & Cochar (2009). Consideramos que o Livro Didático de Português é um documento construído historicamente e que evidencia instâncias sócio-histórico-ideológicas e analisá-lo é, notadamente, relevante, na medida em que ele desvela construções ideológicas para o corpo negro, evidenciando um preconceito racial naturalizado na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Corpo Negro; Livro Didático; Ensino de Língua Portuguesa.

CONSTRUCTION OF THE BLACK BODY IN DIDACTIC BOOK OF PORTUGUESE LANGUAGE

Abstract: The objective of this study is to analyze the constitution of the black body in the Portuguese textbook entitled "Português Linguagens" (Portuguese Language), by Cereja & Cochar (2009). We consider that a Portuguese Textbook is a document historically constructed and that it evidences socio-historical-ideological instances, then to analyze it, it is, therefore, important, as it reveals ideological constructions for the black body, evidencing a naturalized racial prejudice in Brazilian society.

Keywords: Black Body; Textbook; Teaching Portuguese Language.

Considerações iniciais

A exacerbação dos fluxos identitários também se tornou mais visível devido a políticas e epistemologias contestatórias de visões homogeneizadoras de nossas sociabilidades – evidentes em movimentos sociais e teorizações pós-coloniais, feministas, queer, antirracistas, etc. –, surgidas em um mundo que faz a crítica aos ideais da modernidade de progresso, cientificidade e racionalidade, que apagavam o corpo e sua história.
MOITA LOPES & BASTOS (2010, p.12)

Pensar o corpo negro e a sua história implica desvelar construções identitárias que tem ditado, por exemplo, padrões de comportamento, modalidades de emprego, possibilidades de relacionamento amoroso para os sujeitos negros. Mas também a

¹ Graduanda em letras da Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Iporá (UEG). Bolsista de Iniciação Científica do Programa de Bolsas da Universidade Estadual de Goiás (Edital PrP 001/2016).

² Professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG) Câmpus Iporá. Líder do “Grupo de Estudos do Discurso e de Nietzsche” CNPq/UEG.

abertura de possibilidades de resistência a um exercício de poder que determinada o que pode e deve ser feitos pelos negros em suas práticas cotidianas. Pode-se dizer que a escola é um espaço singular de formação cujo objetivo é “gerar sujeitos [...] capazes de intervir e problematizar as formas de produção e de vida” (DCN, 2013, p. 16). Nesse sentido, o ensino de língua portuguesa deve discutir e repensar o lugar do negro na sociedade brasileira, posto que um conhecimento sobre a língua deve servir, sobretudo, para que os sujeitos possam se relacionar uns com os outros para construir uma sociedade mais igualitária e inclusiva.

Foucault (1996, 2012) chama a atenção para a relevância de se analisar os sujeitos sendo interpelados por discursos religiosos, científicos e moralistas. Afinal, nas práticas sociais, os sujeitos constituem, subjetivamente, suas identidades de gênero e de raça a partir de instâncias histórico-discursivas que evidenciam exercícios de poder e práticas de resistência que se materializam na língua(gem) e no corpo. O Livro Didático se constitui, no espaço escolar, como um documento construído para veicular uma suposta “verdade absoluta”. Por isso, ele tem se esquivado de determinados questionamentos sociais como, por exemplo, a homossexualidade, e ainda figura, em alguns casos, como o único material de apoio que o professor dispõe em suas práticas cotidianas. Nesse sentido, no e pelo livro didático, emergem exercícios de poder que abrem a possibilidade de determinadas práticas de resistência que evidenciam outras formas dos sujeitos se constituírem socialmente.

Objetiva-se, neste estudo, analisar a construção do corpo negro no Livro Didático de Português (doravante, LDP) intitulado “Português Linguagens”, de Cereja & Cochar (2009). Para tanto, ancorar-nos-emos em noções do campo da Análise do Discurso francesa, notadamente, de “sujeito”, “discurso”, “história” e “corpo anormal”, de Foucault (1995, 1996, 2001), em diálogo com o campo da Linguística Aplicada no que tange à noção de “identidade”, de Moita Lopes (2003). Mostramos que as identidades do corpo negro são construídas historicamente a partir da instauração de (a)normalidades para os sujeitos nas práticas sociais. Pensamos que o corpo negro deve ser alvo de um trabalho crítico no ensino-aprendizagem de língua portuguesa, haja vista que um combate ao racismo passa também – e talvez, sobretudo – por questões atinentes à língua e à linguagem.

Consideramos que o LDP é um documento construído historicamente e que evidencia instâncias sócio-histórico-ideológicas. E lançar-lhe o olhar se torna relevante na medida em que ele desvela construções ideológicas que estão cristalizadas na contemporaneidade. Há, nele, a emergência de construções identitárias que abrem a possibilidade de problematização dos posicionamento do negro na sociedade brasileira. Convém que o professor apresente possibilidades outras de trabalho³ para os textos presentes no LDP de forma a conduzir os alunos a repensar a condição no negro na sociedade, instaurando, assim, práticas de enfrentamento ao racismo no ensino de língua portuguesa. Desse modo, é relevante, em um primeiro momento, lançar um olhar discursivo sobre o livro didático e sobre o corpo negro para, por conseguinte, analisar emergências deste corpo no livro didático de português.

1. Um olhar discursivo acerca do livro didático de português

O LDP é, notadamente, uma instância que movimenta relações de saber e poder a partir da construção de “verdades” que devem interpelar os alunos a se constituírem sujeitos na aprendizagem das modalidades da língua portuguesa. Ele evidencia tomadas de posição que remarcam construções possíveis para o corpo negro nas práticas sociais. Com isso queremos dizer que o corpo negro que emerge nas páginas do livro didático não se dá ao acaso, mas a partir de uma rede de saberes e poderes que delimitam as bordas corporais e práticas subjetivas na sociedade brasileira contemporânea.

Segundo GRIGOLETTO (1999), o LDP possui um caráter homogeneizante e funda o imaginário de que ele se constitui enquanto um discurso de “verdade”. Pode-se dizer que esse caráter de “verdade” é construído por meio da estruturação do LDP ser uniforme o que confere ao aluno a noção de que o processo de ensino-aprendizagem só se concretiza ao seguir aquelas normas. No livro analisado, notadamente, as unidades são, assim, estruturadas: i) “Texto”, caracterizada como a parte do livro em que será apresentado um texto que possui uma circulação social, ou seja, textos ficcionais, poéticos, jornalísticos, cartuns, charges, etc.; ii) “Estudo do Texto”, que é a parte do livro em que são trabalhadas questões norteadas pela leitura e interpretação do texto; iii)

³ Apesar de constatar a necessidade de o professor estabelecer outros trabalhos a partir das materialidades linguístico-visuais apresentadas no LDP, não faz parte do escopo deste estudo apresentar propostas de atividades para serem empregadas pelos professores em sala de aula, buscamos analisar ocorrências do corpo negro na materialidade do LDP.

“Produção de Texto”, em que é estipulado uma proposta de produção textual cujo principal objetivo é manter um diálogo com o tema da unidade e com os textos estudados durante o capítulo; iv) “A língua em foco”, que se caracteriza como a parte do livro no qual se busca trabalhar questões gramaticais de forma contextualizada com textos pertencentes ao capítulo; v) “De olho na Escrita e na Pronúncia”, seção em que os “erros” relacionados a língua escrita e falada recebem uma atenção especial; e vi) “Divirta-se”, em que se apresenta uma atividade lúdica que fecha o capítulo e que tem como função estimular o raciocínio do aluno. A repetição dessa estrutura acaba por disciplinarizar os sujeitos a adquirirem uma uniformização em relação aos sentidos que eles movimentarão na aprendizagem de Língua Portuguesa.

É relevante remarcar que algumas perguntas presentes no LDP, mesmo as de caráter interpretativo, buscam gerar respostas homogêneas, condicionando, desse modo, que os alunos tenham conclusões e interpretações similares sobre aquilo que foi lido/discutido. Isto escamoteia a heterogeneidade constitutiva dos alunos na sala de aula. As sugestões de respostas presentes no livro do professor demonstram como essa homogeneização é construída. Vejamos o seguinte excerto:

c) Levante hipóteses: Por que a patroa se desculpa por ter dito que tem um ‘pé na cozinha’? **Resposta pessoal. Espera-se que o aluno reconheça que essa é uma expressão bastante preconceituosa, e a patroa percebeu a manifestação de preconceito em sua própria fala; ou porque imaginou que, com essa expressão, pudesse magoar a empregada que trabalhava na cozinha.** (VERÍSSIMO *apud* CEREJA & MAGALHÃES, 2009 p. 15, grifos nossos)

Este excerto consiste numa “sugestão de resposta” retirada do livro do professor, a partir de uma questão que visava interpelar o aluno a se posicionar sobre a crônica “O Povo”, de Luís Fernando Verissimo (*apud* CEREJA & MAGALHÃES, 2009 p.12). A crônica apresenta um diálogo, na cozinha, entre Geneci (empregada doméstica) e sua patroa (não nomeada, indicada apenas pelo emprego do pronome “Senhora”). A patroa, na trama narrativa, tenta convencer Geneci a conseguir um lugar como, por exemplo, uma “ala das patroas” na escola de samba. A questão do excerto faz alusão ao momento que a patroa tenta conversar a empregada de que ela também sabe sambar, enunciando: “Toca um samba e lá vou eu. Até acho que tenho um pé na cozinha”. Ao final, delineia-se que a patroa poderia ajudar ficando com os filhos de Geneci enquanto ela desfilava

na passarela. A patroa desaprovou a sugestão da empregada e solicitou que ela servisse um café na sala.

O excerto acima demarca *a priori* que se trata de uma “resposta pessoal”, delimitando assim a possibilidade de respostas a partir da heterogeneidade da sala de aula. Entretanto, quando se delimita, em seguida, uma ação especificada pelo verbo “esperar”, já se restringe as possibilidades de respostas, especificando que nem todas as respostas devem ser aceitas. Nesse sentido, o emprego da expressão “espera-se” delimita uma ação e, ao mesmo tempo, uma impessoalidade, demarcando que aquela linha de análise evidencia uma “verdade” na qual os sujeitos devem se inscrever para legitimar/estruturar o seu dizer. Há, neste caso, uma evidente tentativa de escamotear uma instancia de autoria, mas o posicionamento dos autores é evidenciado, por exemplo, pelo emprego do adverbio “bastante”, que institui uma intensidade para o preconceito, e do verbo “magoar” que denota uma reação esperada para o corpo negro. Nessas duas palavras o sujeito-autor do LDP se posiciona e tenta direcionar a interpretação do sujeito leitor a partir de um dado posicionamento ideológico. Essa expressão direciona o gesto interpretativo do professor e, por um efeito de homogeneização, as interpretações dos alunos. Há casos, dado o efeito de verdade do LDP, que o professor até escreve no quadro a sugestão de resposta do livro didático, fazendo com que os alunos apaguem as suas respostas pessoais para terem, no caderno, a resposta do livro, tomada enquanto a “correta”. É relevante mencionar ainda que, nas inúmeras emergências do corpo negro no LDP analisado, são raros os exercícios que interpelam os alunos a pensarem o corpo negro na contemporaneidade.

Esse caráter homogeneizante pode ser entendido como uma técnica que visa controlar os corpos, delimitando, por exemplo, espaços para o corpo negro da empregada como o da cozinha e, o da sala, para o corpo branco da patroa. Por o LDP não interpelar os alunos a questionar essa dicotomia entre os corpos e os espaços que lhes são destinados, vemos que ele não trabalha para romper com a desigualdade social brasileira. A homogeneização é uma forma de se controlar os corpos dos sujeitos visando com isso regularização de práticas e a implementação de um controle sobre a vida dos sujeitos.

É importante observar que o LDP é construído de acordo com o contexto social e com os aspectos ideológicos que perpassam a sociedade em que ele está inserido.

Dessa forma, ao realizar uma análise acerca dos assuntos presentes no LDP, é relevante observar os discursos que o atravessa, posto que eles evidenciam posicionamentos sociais e, assim, acabam por fazer referência ao modo como os alunos enxergam certas vivências e práticas na sociedade brasileira. Percebemos que certos textos presentes no LDP dão base para discussões acerca de algumas construções na sociedade, como exemplo, questões raciais ou de gênero.

2. Corpo e discurso: construção de (a)normalidades para o corpo negro

A partir das premissas postuladas por Foucault (2012), entende-se o corpo como uma superfície material composta por carne, ossos, órgãos e membros, mas que é moldável/transformável pelas relações de poder que são históricas. Pode-se dizer que o corpo está, diretamente, “mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais” (Foucault, 2012, p. 25). Dessa forma, o corpo passa a ser entendido enquanto uma construção discursiva. E, por exercícios de poder, ele é manipulado, moldado, disciplinado e adestrado para que suas habilidades e contingências possam se multiplicar.

O corpo deve ser analisado, dentro de uma perspectiva foucaultiana, como uma materialidade que dá borda as ideologias e aos discursos que permeiam o meio social. É relevante pensar nas relações de poder e como elas interpelam o sujeito em sua constituição social, compreendendo que o poder é construído historicamente e passa por (in)tensas movimentações no tempo-espço. Assim, pode-se afirmar que o corpo negro está inscrito em uma cadeia de poderes, assumindo uma posição de submissão em relação a discursos dominantes e devendo seguir regras construídas socialmente. É importante observar que essas regras são sedimentadas a partir de um controle político sobre a vida. Essa submissão emerge no LDP em análise ao representar os corpos negros somente em posições sociais marginalizadas, como exemplo, no texto “POVO” de Luís Fernando Veríssimo (*apud* CEREJA & MAGALHÃES, 2009 p.12) em que a empregada da família é representada como uma mulher negra, enquanto a patroa se apresenta como uma mulher branca, heterossexual, socialite, ou seja, um sujeito que se inscreve nos padrões estipulados por uma sociedade burguesa.

O corpo negro foi moldado de acordo com uma normalização e uma normatização concebida pelos detentores do poder: patriarcado, religião, machismo etc. Esse molde é concebido a partir de um exercício de poder que tem como principal função postular, nos e a partir dos corpos, regras que devem ser seguidas pelos sujeitos em diversas áreas, tais como, higiene, alimentação, sexualidade, saúde, natalidade e outros assuntos que se tornam preocupações políticas ao longo do tempo. No LDP, pode-se perceber textos nos quais há a presença do corpo negro a normatização de práticas que determinam como ele deve se (com)portar socialmente, ocupando cargos marginalizados como o de empregada doméstica e se subordinando a um discurso dominante.

Há um poder disciplinar que visa controlar os corpos dos sujeitos, delimitando uma sistematização e uma dominação para impor normas que são definidas pelas instituições que se encarregam, através do poder, de dominar sujeitos e, assim, seus corpos. Dentro de uma perspectiva foucaultiana (2012), há relações de poder que incidem sobre o corpo, evidenciando que ele é “objeto e alvo do poder” (FOUCAULT, 2012, p. 117).

É imprescindível compreender que o poder disciplinar institui “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhe impõem uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 2012, p. 161). Os corpos que não seguem determinados padrões sofrem segregações e punições que têm como principal finalidade normatizar os corpos e homogeneizar o que é *par excellence* diverso, fragmentado, múltiplo, movente. Um exemplo dessa punição se apresenta, no LDP em análise, quando os corpos negros representados acabam por serem inscritos em espaços marginalizados como a calçada e a cozinha e/ou têm o corpo adjetivado por palavras ofensivas, levando em consideração questões raciais.

Ao se falar em normatização é imprescindível se pensar no que é compreendido como “normal” e “anormal”, assim, é interessante que se observe que a concepção de “normalidade” é construída na história. Há a construção de normas que instauram o que é ou não é normal e, intrínseco a isso, tem-se a noção de anormalidade, uma vez que, percebe-se que o anormal só surge a partir do momento em que corpos “fogem” de uma ordem discursiva (FOUCAULT, 1996) cristalizada historicamente.

Courtine (2008) aborda questões referentes ao discurso que transitava entre o olhar do “normal” sobre o “mostro”. Uma das constatações feitas pelo autor é que o corpo anormal deve ser deslocado para um espaço outro, na medida em que ele apresenta características que fogem ao que é prescrito socialmente. Assim, o corpo anormal é entregue ao olhar e constrói-se o sentido de “*freakshow*”, entendido enquanto um espaço pré-definido para que o “corpo anormal” se apresente aos “corpos normais” para que assim essa “monstruosidade” seja provida de sentido. Entende-se aqui o “*freakshow*” como um espaço no qual, por meio do olhar, sujeitos que se inserem dentro da normatização figurada socialmente e legitimam/propagam sua normalidade e sua “civilidade”. Assim, o corpo do monstro é “animalizado” a partir da apreciação que parte do corpo “normal”. Dessa forma, pode-se dizer que, ao corpo negro, foi condicionado um espaço para que ele se apresente ao(s) outro(s), como exemplo, a cozinha ou outros espaços marginalizados. Vejamos, a seguir, o texto “Na Escuridão Miserável”, de Fernando Sabino, e um excerto de uma entrevista de Roberto Carlos, quando era jogador do Real Madrid da Espanha, relatando uma cena de preconceito vivida:

Eram sete horas da noite quando entrei no carro, ali no Jardim Botânico. Senti que alguém me observava enquanto punha o motor em movimento. Voltei-me e dei com uns olhos grandes e parados como os de um bicho, a me espiar através do vidro da janela junto ao meio-fio. Eram de uma negrinha mirrada, raquítica, um fiapo de gente encostado ao poste como um animalzinho, não teria mais que uns sete anos. (SABINO *apud* CEREJA & MAGALHÃES, 2009 p. 78)

Quando ouvi a torcida gritar ‘macaco’ para mim, falei para o juiz que, se ele não desse um jeito de as pessoas se calarem, eu pararia de jogar. Ele mandou os torcedores parar pelos alto-falantes. Quando ouço esses xingamentos me dá vontade de largar tudo e ir embora (CARLOS *apud* CEREJA & MAGALHÃES, 2009, p. 219)

Na citação acima de Fernando Sabino, percebe-se a construção de representação de uma criança negra a partir de traços animais. Esse processo de animalização, a partir de um jogo imagético estabelecido no texto, pode ser entendida como o procedimento no qual um corpo “normal” lança o olhar sobre um corpo “anormal” e lhe constrói outras particularidades sociais, culturais e humanas. Assim, pode se entender que esse processo se fundamenta na desigualdade social oriunda de uma opressão do negro na sociedade brasileira. Ao se analisar os exercícios propostos no LDP a partir do

texto de Fernando Sabino, percebe-se que se busca tratar apenas de aspectos pertinentes a produção textual, apesar da materialidade linguística abrir a possibilidade para um trabalho efetivo com discrepâncias sociais que emergem ao se pensar em raça, gênero e classe.

Em relação à cena de preconceito relatada por Roberto Carlos, pode-se dizer que apesar de cena de preconceito racial relatada por ele ter ocorrido na Europa, a sua emergência no LDP ocorre dada a recorrência da adjetivação pejorativa de “macaco” figurar também no Brasil. Essa prática de construção de uma animalização do corpo negro ocorre para que ele figure o lugar do “monstro”, do diferente, do anormal. Se nos times atuais do Brasil a grande maioria dos jogadores são negros, por que o emprego de “macaco” para se referir a jogadores negros ainda é recorrente? Acreditamos que seja um efeito de memória de uma sociedade ariana, heteronormativa e burguesa que remonta a um período da história em que apenas homens brancos em sua maioria podiam jogar futebol, enquanto os negros tinham que trabalhar, em condições sub-humanas, nas fábricas.

A partir dos dois excertos analisados, pode-se afirmar que é o olhar que funda o “monstro” e, segundo Courtine (2008), a construção da monstruosidade, através da instauração de anormalidades, ocorre por meio da “produção de discursos, circulação de imagens, consumo atento e curioso de signos, inscrição do monstro no campo imaginário da representação” (COURTINE, 2008, p. 274). Dessa forma, no LDP analisado, são construídas representações do corpo negro “animalizado”, entendidas como um modo de se delimitar práticas sociais e de se definir materialidades corporais para uma determinada raça e/ou classe social. Precisamos pensar o corpo negro imerso a uma complexa luta de classes que lhe impõe, ideologicamente, postos de trabalho específicos como, por exemplo, empregada doméstica, pedinte na calçada, jogador de futebol, dentre outros.

Como a constituição do sujeito parte, notadamente, da classe a qual ele pertence, faz-se necessário pensar como a luta de classe emerge no LDP. Althusser (1985), apresenta os dois tipos de aparelhos utilizados pelo Estado para controle dos sujeitos. O primeiro são os Aparelhos Repressivos de Estados que são entendidos como aqueles que agem por meio da violência, sendo ela física ou não, e que são representados, por exemplo, pelos presídios. O segundo são os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE),

que basicamente são aqueles que se utilizam da ideologia para persuadir e alienar os sujeitos e que são representados, por exemplos, pelas escolas e igrejas. Segundo o autor, o principal objetivo dos AIE é o de reproduzir os preceitos institucionalizados pelas classes dominantes e, conseqüentemente, acabam por gerar um sistema que exclui e que desigualava os sujeitos por meio da ideologia. Tendo em mente esses preceitos, percebe-se que no trecho “Eram de uma negrinha mirrada, raquítica, um fiapo de gente encostado ao poste como um animalzinho” (CEREJA & MAGALHÃES, 2009 p. 78) são institucionalizadas formas de se enxergarem sujeitos pertencentes a classe proletária e marginalizada, assim, ao representar a personagem utilizando termos como “negrinha” e “animalzinho”, evidencia-se um imaginário social que deve ser enfrentado/combatido para que o negro tenha uma melhor condição de vida no Brasil.

3. Jogo de Identidades para a Mulher Negra

Segundo Moita Lopes (2003, p. 17), “somos a todo momento convidados ou mesmo intimados a repensar as nossas vidas sociais”. Isto porque somos sujeitos sociais e construímos nossas identidades (sempre no plural) a partir de uma complexa relação com o espaço-tempo e com outros sujeitos. Temos que pensar as identidades não enquanto uma característica fixa, imutável, mas enquanto uma construção sempre movente de imagens para nós e para os outros. Nos dizeres de Moita Lopes (2003), é imprescindível compreender que

quando usamos a linguagem não o fazemos com um interlocutor ou usuário simplesmente, mas com, por exemplo, um homem mulato, bissexual, jovem, de classe trabalhadora, brasileiro, enfermeiro, etc., ou seja, a partir de suas marcas sócio-históricas ainda que certos traços identitários sejam suspensos em algumas práticas discursivas ou em alguns posicionamentos interacionais (Moita Lopes 2002a e 2002c) em uma mesma prática discursiva ou que possam se tornar mais relevantes em algumas práticas ou em certos posicionamentos interacionais. MOITA LOPES (2003, p. 20)

Nesse sentido, é preciso analisar a identidade enquanto uma instância fragmentada, heterogênea, movente e contraditória o que pode levar uma mulher negra a não se inscrever na posição de “mulher brasileira” como veremos em um momento ulterior. O LDP evidencia determinadas identidades como, por exemplo, as de empregada doméstica e jogador de futebol enquanto silencia outras como, por exemplo,

a homossexualidade enquanto uma das possíveis marcas identitárias do corpo negro na sociedade brasileira contemporânea. Assim, pode-se afirmar que o LDP, de certo modo, escamoteia “a ampla diversidade de arranjos familiares e sociais, a pluralidade de atividades exercidas pelos sujeitos, o cruzamento das fronteiras, as trocas, as solidariedades e os conflitos são comumente ignorados ou negados” (MOITA LOPES, 2003, p.74).

Compreende-se que para a materialidade do corpo negro foram – e são – construídos padrões estéticos, de gestos de vestimentas, etc., que se cristalizaram como um discurso de “verdade”. Pode-se dizer que há uma naturalização de postos de trabalho para os corpos femininos negros, como é possível perceber na charge que analisaremos a seguir:



Imagem 01: CEREJA & MAGALHÃES, 2009 p.224

Retomando a conceituação elaborada por Courtine (2008), no que diz respeito aos discursos que constroem a “normalidade” na sociedade, percebemos que a charge acima evidencia espaços e posicionamentos para o corpo negro. O corpo anormal necessita de um espaço próprio, com características singulares, para que seja apresentado e, assim, dê sentido ao “*freakshow*” (COURTINE, 2008). Dessa forma, pode-se entender, então, que existem espaços e estruturas corporais pré-definidos pelo discurso dominante para que o corpo anormal se apresente aos corpos “normais” para que assim essa “monstruosidade” seja provida de sentido. No livro didático, pode-se observar como esses espaços são construídos, uma vez que, na grande maioria dos

textos em que há a presença do corpo negro, ele está ocupando um papel de subordinado ou marginalizado, como exemplo, na charge acima pode se perceber como ao negro cabe o papel de subordinação em relação ao branco.

É preciso analisar, também, a relação entre imagem e texto na charge. Percebe-se que o enunciado “-Querida você está um luxo! Aonde vamos? -Participar de uma passeata contra a concentração de renda e a discriminação social!” imbricado com a imagem retratam uma crítica a classe “burguesa”, afinal, percebe-se que são retratadas pessoas de uma alta classe que possuem empregados negros e que, apesar de participarem de eventos que busquem solucionar problemas relacionados a pobreza e ao racismo, não praticam essas atitudes em seus cotidianos. Nesse sentido, evidencia-se as contradições de um sujeito burguês que, supostamente, luta pelo fim da desigualdade social, mas não deseja abdicar de suas regalias.

Vejamos a imagem a seguir:



Imagem 02: CEREJA & MAGALHÃES, 2009 p. 12

A charge acima, também, evidencia posicionamentos que foram cristalizados na sociedade. Ao enunciar “Madame, seu programa começou!” após ouvir a chamada do programa de TV que dizia “No ar, o programa da mulher brasileira!” a empregada se exclui desse grupo social o que torna evidente a noção da “anormalidade” que incide sobre o seu corpo negro. A pergunta do LDP que faz referência a essa imagem é: “Dê sua opinião: Por que a mulher desse cartum não se inclui entre as mulheres brasileiras?” esse questionamento acaba por movimentar sentidos, pois, é retratada uma mulher negra que ocupa o cargo de empregada doméstica e, que por ocupar tal função, é excluída da posição “mulher brasileira”. E por desvelar essa representação, abre-se possibilidades

para que o aluno reflita sobre os estereótipos e discursos que são propagados em relação ao corpo negro.

É necessário, desse modo, pensar o que representa “ser mulher” e, principalmente, “ser mulher brasileira”, levando em consideração a construção de padrões que determinam de que forma cada sujeito pode se relacionar com sua materialidade corporal. E, os sujeitos que não se inscrevem no padrão vigente, é destinado a exclusão, portanto, a empregada negra da charge, por não se identificar com os temas abordados pelo programa, vê o seu corpo excluído do imaginário de “mulher brasileira”. Consideramos fortuito encaminhar este estudo dizendo que, conforme foi evidenciado pelas análises, pensar questões raciais implica pensar também (i) questões de gênero, haja vista que homens e mulheres negros emergem no LDP com atribuições de trabalho diferentes, por exemplo, elas como empregadas domésticas e eles como jogadores de futebol; ii) questões de sexualidade, pois é retratado apenas negros heterossexuais, sendo que a homossexualidade, a bissexualidade, a assexualidade, etc. são escamoteadas; iii) questões de classe, na medida em que os corpos negros apresentados são da classe proletária. Assim, lançar o olhar para o corpo negro desvela – ou deveria desvelar quando as materialidades linguístico-visuais do LDP fossem trabalhadas no ensino de Língua Portuguesa – uma complexa rede de saberes e poderes que prescrevem formas de vida na sociedade brasileira contemporânea.

Considerações Finais

Pelas análises empreendidas, foi possível perceber que o LDP analisado apresenta uma relevante quantidade materialidades (crônicas, minicontos, charges, etc) nos quais emergem o corpo negro. Entretanto, são poucos os exercícios que buscam interpelar os alunos a estabelecer uma reflexão sobre a condição do negro na sociedade brasileira. As materialidades analisadas evidenciam determinados sentidos que convém destacar: i) demarcação de determinados postos de trabalho como, por exemplo, o de emprega domestica; ii) desvelamento de uma animalização do corpo negro; iii) desidentificação com um imaginário de mulher brasileira. Esse recorte de sentidos evidencia que a construção identitária do corpo negro apresenta um complexo

imbricamento de questões raciais, de classe social, de sexualidade, formação escolar e/ou acadêmica, etc. que devem ser retratadas no ensino de Língua Portuguesa.

Portanto, consideramos que o livro didático de português, no ensino de língua portuguesa, é um documento relevante para interpelar os alunos a desconstruir posições sociais para os corpos negros na sociedade brasileira. Ao desconstruir posições, abre-se a possibilidade para outras modalidades de vida nas quais sobre o corpo de uma mulher negra possa deslizar sentidos de “mulher brasileira”.

Referências

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 28 jul. 2017.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português: linguagens**. 5 ed. São Paulo: Atual Editora, 2009.
- COURTINE, J-J. “O corpo anormal: História e antropologia culturais da deformidade”. In: CORBIN, A. COURTINE, J-J.; VIGARELO, G. **História do Corpo: as mutações do olhar: o século XX**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 253-340.
- GRIGOLETTO, Marisa. “Leitura e funcionamento discursivo do Livro Didático.” In: CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático: língua materna e língua estrangeira**. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- _____. “O sujeito e poder”. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. Michel **Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013, p. 273-295.
- MOITA LOPES, L. P. “Socioconstrucionismo: Discurso e Identidades sociais”. In: **Discurso de identidades: discurso como espaço de construção de gênero**,

sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. São Paulo: Mercado de letras, 2003, p. 13-38.

MOITA LOPES, L. P.; BASTOS, L. C. “Introdução: A experiência identitária na lógica dos fluxos. Uma lente para se compreender a vida social”. In: MOITA LOPES, L. P. e BASTOS, L. C. **Para além da identidade. Fluxos, movimentos e trânsitos.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 9-24.